



ESTADO DO TOCANTINS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Concurso Público
Nível Médio

Aplicação: 27/1/2008

Caderno

E

Cargo 2:

ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno E — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 29/1/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/secadtonm2007.
- II 30 e 31/1/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 21/2/2008 – Resultado final das provas objetivas: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet.
- IV 12/3/2008 – Convocação para a prova de capacidade física, para os exames médicos e para avaliação psicológica: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 2/2007, de 12/11/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/secadtonm2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 7 e de 13 a 15

Autobiografia desautorizada

1 Olá! Meu nome não é Fidalgo. Fidalgo é meu
sobrenome. O nome é Luiz Antonio Alves. Minhas
atividades como cidadão comum... não sei se isso interessa,
4 mas... vai lá: sou funcionário público. Trabalho
(e como trabalho) com análise de impressões digitais, ou
seja, sou um papiloscopista (nesse momento o computador
7 fez aquele serrilhado vermelho embaixo da palavra
“papiloscopista”). Tudo bem, a palavra ainda não consta no
dicionário interno do mané.

10 Bom, com base nas minhas atividades artísticas,
pode-se dizer que eu sou um poeta curitibano. Não fui eu
quem disse isso. Vejam bem, existe um livro intitulado
13 **Antologia de Poetas Contemporâneos do Paraná,
II Concurso Helena Kolody**. Pois eu estou nesse livro,
juntamente com três poemas que, por causa do tamanho
16 diminuto, lembram um *hai-kai*.

Pois é, fechada essa questão de eu já poder ser
tratado como um poeta curitibano, quero dizer que agora
19 estou estreando como contista, digo microcontista, uma vez
que se trata de um livro com miniestórias chamadas por mim
(talvez exageradamente) de microcontos.

Luiz Antonio A. Fidalgo. **Autobiografia desautorizada**.
Internet: <www.curitiba.pr.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes ao texto I.

- 1 A palavra “microcontista” (ℓ.19) também poderia ter sido grafada corretamente com hífen (micro-contista).
- 2 As expressões “Olá!” (ℓ.1) e “Vejam bem” (ℓ.12) indicam que o autor está se dirigindo ao leitor.
- 3 A palavra “**Autobiografia**”, no título do texto, indica que o autor está falando a respeito da vida de uma terceira pessoa.
- 4 A palavra “Fidalgo” (ℓ.1) é formada a partir da expressão **filho de algo** e costuma ser usada no português como sinônima de **nobre**.
- 5 O termo “mané” (ℓ.9) faz referência aos cidadãos comuns de que trata o texto.
- 6 Em vez de “Não fui eu quem disse isso” (ℓ.11-12), estaria igualmente correto escrever **Não fui eu aquele que disse isso**.
- 7 A partir da leitura do texto, é possível concluir que um “*hai-kai*” (ℓ.16) é um tipo de poema que se caracteriza pelo tamanho pequeno.

Texto II – itens de 8 a 15

Papiloscopista quer esclarecer profissão

1 O Sindicato dos Profissionais da Ciência da
Papiloscopia realiza amanhã palestras de conscientização
sobre o trabalho desses profissionais, que comemoram em
4 cinco de fevereiro o seu dia.

De acordo com a presidente do sindicato, Lucicleide
do Espírito Santo Moraes, apesar de desenvolver atividades
7 essenciais nas áreas civil e criminal, o papiloscopista não é
um profissional reconhecido pela população.

A maioria das pessoas não sabe, diz ela, que o
10 profissional da papiloscopia realiza desde a expedição da
carteira de identidade e atestado de antecedentes, até perícias
para a identificação da autoria de delitos e também dos
13 cadáveres que são levados ao Instituto Médico Legal. É o
papiloscopista que busca e pesquisa as impressões digitais
que são fundamentais para desvendar crimes. “A população
16 necessita diariamente desse serviço, mas em geral ela
desconhece o profissional que o realiza”, observa Lucicleide
Moraes.

Internet: <www.diariodecuiba.com.br> (com adaptações).

Com referência aos aspectos semânticos e gramaticais do texto II, julgue os itens que se seguem.

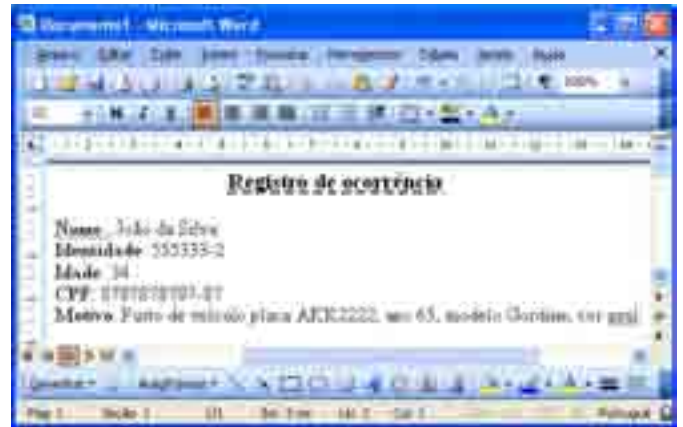
- 8 A palavra “delitos” deve ser interpretada como **transgressões, desrespeito às leis** e pode ser tomada como sinônima de “crimes”.
- 9 Segundo o texto, o fato de a população desconhecer o profissional que presta serviços de papiloscopia justifica a realização de palestra de conscientização.
- 10 A palavra “Ciência” é acentuada pelo mesmo motivo que a palavra “perícias”.
- 11 A expressão “De acordo com” (ℓ.5) está sendo empregada com o mesmo sentido de **Conforme**.
- 12 Haveria erro de concordância nominal caso se substituísse a expressão “nas áreas civil e criminal” (ℓ.7) por **na área civil e na criminal**.

Julgue os itens seguintes, referentes aos textos I e II.



- 13 Com relação à estrutura dos textos, é correto afirmar que o texto I se aproxima dos textos literários, enquanto o texto II tem caráter jornalístico.
- 14 Entre as atribuições dos papiloscopistas, está a de escrever textos literários (poemas ou contos). Essa atribuição, mencionada no texto I, é ignorada pelo autor do texto II.
- 15 As aspas foram empregadas com a mesma finalidade no primeiro parágrafo do texto I e no último parágrafo do texto II.

Julgue os itens seguintes, relacionados a tecnologia de informática.

- 16 O recurso de Plug and Play permite a realização de *backup* automático dos arquivos armazenados no computador.
- 17 A interface UDP é uma tecnologia implantada na placa-mãe que permite a conexão de diversos tipos de periféricos de forma rápida e segura.
- 18 O sistema operacional é um conjunto de programas que fazem a interface entre o usuário e o *hardware*, fazendo o gerenciamento dos periféricos.
- 19 A velocidade dos microprocessadores atuais é normalmente medida em *gigabytes*.
- 20 Criptografia é a técnica de converter uma mensagem ou mesmo um arquivo utilizando um código secreto. Com o propósito de segurança, as informações submetidas a essa técnica não podem ser utilizadas ou lidas até serem decodificadas.
- 21 Para se fazer o *backup* de um arquivo de dados com 500 Mb é suficiente utilizar um CD comercial padrão.






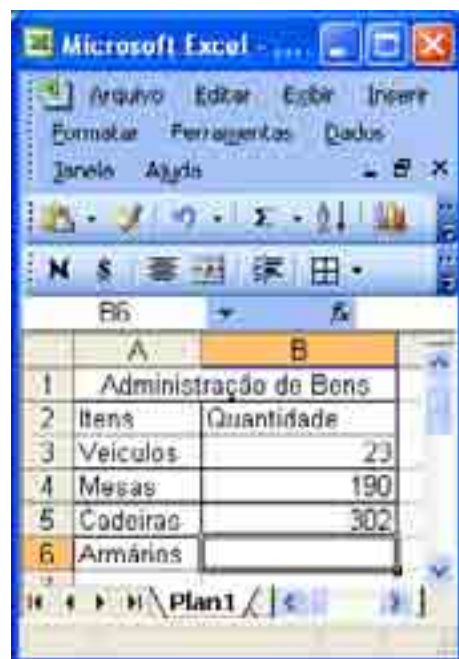
Considerando a figura acima, que mostra uma janela do aplicativo Word 2003 com um documento em edição, julgue os seguintes itens.

- 26 A ferramenta  permite aumentar o recuo do texto.
- 27 O sublinhado do título foi adicionado utilizando-se a ferramenta .
- 28 O arquivo pode ser salvo como modelo com extensão *.dot*.




Considerando a figura acima, que mostra uma janela do navegador Internet Explorer 6 com parte da página da Secretaria de Administração de Tocantins, julgue os itens que se seguem.

- 22 Ao se clicar a ferramenta , o sítio será adicionado à lista de sítios favoritos do usuário.
- 23 A página possivelmente permite acesso à *intranet* da SECAD, já que apresenta *links* de acesso restrito.
- 24 Ao se clicar a ferramenta , a navegação será paralisada.
- 25 Observando-se a figura, é correto afirmar que a página é segura, uma vez que o símbolo  é apresentado.



Considerando a figura acima, que mostra parte de uma planilha em edição no Excel 2003, julgue os itens subsequentes.

- 29 A ferramenta  é usada para realçar as células com cores variadas.
- 30 Considerando que o número de armários é 30% do número de mesas, a fórmula para o cálculo desse percentual é =30%+B4.

A Amazônia está sufocando e parte da floresta corre o risco de se transformar em um imenso cerrado. É este o alerta emitido pelos cientistas do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). O texto, assinado por pesquisadores de vários países — incluindo brasileiros —, informa que a temperatura do planeta está subindo mais rápido do que o previsto, assim como o nível dos oceanos. As calotas polares e as geleiras vêm derretendo mais rapidamente. As tempestades tornam-se mais fortes e mais frequentes. O relatório confirma: as causas da reviravolta climática são humanas.

Jornal do Brasil. Editorial, 20/11/2007, p. A10 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

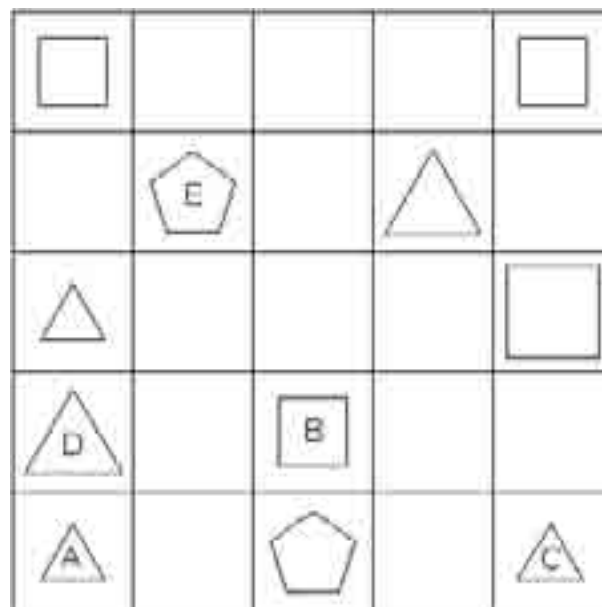
- 31** Desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma série de posicionamentos, individuais e coletivos, e de políticas governamentais em prol do bem-estar dos homens e do planeta, conjuntamente.
- 32** Uma crítica que se faz à ONU, na atualidade, é a sua insistência em tratar com exclusividade dos assuntos relativos à segurança e que possam colocar em risco a paz mundial.
- 33** Inexiste relação possível entre o derretimento de calotas polares e de geleiras e a elevação dos níveis dos mares.
- 34** Por ser um país ainda emergente, o Brasil tem poucos cientistas e nenhuma participação nos estudos mundiais relativos ao meio ambiente.
- 35** Segundo o relatório citado no texto, as ações conduzidas pelos seres humanos são responsáveis pelas alterações climáticas que, nos dias de hoje, interferem perigosamente na vida do planeta.

Localizado no centro geodésico do país, o estado do Tocantins possui uma área de quase 280.000 km² e faz divisa com seis estados: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás. Situado em uma área de transição, apresenta características climáticas e físicas da região amazônica e do Centro-Oeste. O cerrado cobre quase 88% da área do estado. A maior bacia hidrográfica totalmente brasileira, a do Tocantins-Araguaia, está localizada no estado, que também conta com a maior ilha fluvial do mundo, a do Bananal, localizada na região sudoeste do estado.

A partir dessas informações e considerando a realidade histórico-geográfica do estado do Tocantins, julgue os itens seguintes.

- 36** Por sua localização geográfica, o Tocantins é o mais setentrional estado brasileiro.
- 37** O Tocantins faz fronteira com estados brasileiros situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

- 38** A vegetação predominante no estado do Tocantins é a da floresta tropical, típica da Amazônia.
- 39** A bacia Tocantins-Araguaia não se estende para outros países, razão pela qual é reconhecida como a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira.
- 40** No Tocantins, encontram-se áreas propícias à exploração de um importante segmento do turismo contemporâneo, o ecoturismo, como é o caso do Parque Estadual do Jalapão.



Uma proposição é uma frase afirmativa que pode ser julgada como verdadeira ou falsa. Um argumento é considerado válido se, sendo sua hipótese verdadeira, a sua conclusão também é verdadeira.

Considerando essas informações e a figura acima, em que estão colocadas algumas figuras geométricas conhecidas — quadrados, triângulos e pentágonos (5 lados) — dispostas em uma grade, julgue os itens seguintes.

- 41** Considere que sejam verdadeiras as seguintes proposições.

Se B é um quadrado pequeno então E é um pentágono grande.

B não é um quadrado pequeno.

Nessa situação, é correto concluir que é verdadeira a proposição **E não é um pentágono grande.**

- 42** A proposição **Se A é um triângulo pequeno, então A está atrás de C** é verdadeira.

- 43** A afirmativa **Existe um pentágono grande e todos os triângulos são pequenos** é uma proposição falsa.

Cada um dos itens subseqüentes contém uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 44** Uma empresa fornecedora de armas possui 6 modelos adequados para operações policiais e 2 modelos inadequados. Nesse caso, se a pessoa encarregada da compra de armas para uma unidade da polícia ignorar essa adequação e solicitar ao acaso a compra de uma das armas, então a probabilidade de ser adquirida uma arma inadequada é inferior a $\frac{1}{2}$.
- 45** Um policial civil possui uma vestimenta na cor preta destinada às solenidades festivas, uma vestimenta com estampa de camuflagem, para operações nas florestas. Para o dia-a-dia, ele possui uma calça na cor preta, uma calça na cor cinza, uma camisa amarela, uma camisa branca e uma camisa preta. Nessa situação, se as vestimentas de ocasiões festivas, de camuflagem e do dia-a-dia não podem ser misturadas de forma alguma, então esse policial possui exatamente 7 maneiras diferentes de combinar suas roupas.

Com relação ao Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, Lei Estadual n.º 1.654/2006, julgue os seguintes itens.

- 46** O auxílio-natalidade é devido ao policial civil por motivo de nascimento de filho. O valor desse auxílio corresponde a um doze avos da remuneração mensal do policial e não há qualquer acréscimo no caso de nascimento de gêmeos.
- 47** Para os efeitos da referida lei, o agente de polícia, o escrivão de polícia, o papiloscopista e o auxiliar de autópsia são considerados policiais civis.
- 48** Ao entrar em exercício, como condição essencial para obter estabilidade, o policial civil está sujeito ao estágio probatório pelo período de três anos. Se, durante esse período, o policial civil entrar em licença para tratamento da própria saúde por um período de 60 a 90 dias, a contagem do prazo do estágio probatório será suspenso.
- 49** O regime de trabalho dos policiais civis é de 40 horas semanais. Dessa forma, mesmo que ele seja ocupante de cargo comissionado ou função de confiança, nada há que o impeça de ser, por exemplo, motorista regularmente contratado de uma empresa de táxi, nas horas de folga de seu cargo efetivo.
- 50** Por ocasião das férias, o policial civil recebe, independentemente de solicitação, um adicional correspondente a um terço do subsídio do período das férias. Esse adicional incide também sobre o subsídio dos cargos em comissão ou da função de confiança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A organização político-administrativa brasileira foi assunto tratado com especial atenção pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988, respeitando-se sempre o pacto federativo. Julgue os itens a seguir, acerca da organização político-administrativa brasileira.

- 51** A administração pública brasileira está dividida em direta e indireta, não existindo a forma mista.
- 52** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil abrange apenas a União, os estados e os municípios, todos gozando de autonomia.
- 53** O governador do estado do Tocantins é eleito para um mandato de quatro anos e, ao tomar posse no cargo, indica o seu substituto legal, o vice-governador.

A administração pública, em atendimento às disposições constitucionais, passa por um processo de renovação constante de seus quadros visando melhor atender aos anseios da sociedade.

Julgue os itens que se seguem, a respeito desse assunto.

- 54** A ocupação de cargo público em decorrência de aprovação em concurso público somente confere estabilidade ao servidor depois de três anos de exercício em caráter efetivo.
- 55** Dependendo da natureza do cargo para o qual se realiza concurso público, o governador do estado tem poderes para determinar a reserva de vagas para portadores de necessidades especiais.
- 56** Segundo a Constituição, cargo em comissão é aquele que o chefe do Poder Executivo escolhe para ser de livre nomeação e exoneração.

Todo trabalhador, independentemente do regime a que se vincula, tem direitos mas também está sujeito a obrigações. Julgue os itens seguintes, que dizem respeito aos servidores públicos.

- 57** A vitaliciedade e a inamovibilidade são prerrogativas de algumas carreiras específicas e, por isso, não se encontram entre os direitos dos servidores públicos relacionados na Lei n.º 8.112/1990, que é a norma geral.
- 58** O servidor sempre será remunerado pelo exercício de dois cargos públicos, desde que tenha ingressado em ambos mediante concurso.
- 59** Vencimento, remuneração e proventos são sinônimos, nos termos da Lei n.º 8.112/1990.
- 60** Caso um servidor seja injustamente demitido e a justiça determine o seu retorno, esse retorno caracterizará um caso de reintegração.

Julgue os seguintes itens, a respeito dos direitos e obrigações do servidor público previstos no Regime Jurídico Único.

- 61** O servidor público, conforme a natureza da infração que cometer no exercício do cargo, pode responder perante a administração pública e(ou) perante o Poder Judiciário.
- 62** Em regra, o servidor público tem direito a um período de 30 dias de férias por ano trabalhado, sendo admitida a acumulação desse período somente por necessidade da administração, jamais por interesse pessoal.
- 63** Considere que determinado escrivão de polícia não compareça habitualmente à delegacia onde está lotado, embora observe o horário de trabalho quando se faz presente. Nessa situação, esse escrivão descumpra o dever funcional da assiduidade.

A Constituição Federal traz, em seu texto, vários princípios a serem observados pelo administrador público. Acerca desses princípios, julgue os itens que se seguem.

- 64** Um princípio que ganhou destaque na Constituição de 1988 é o da administração compartilhada de recursos humanos.
- 65** A redução do desperdício de dinheiro público enquadra-se na definição do princípio da poupança dos recursos do Estado.

Julgue os itens a seguir, relativos ao exercício do poder de reforma constitucional.

- 66** A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada só pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- 67** A Constituição Federal não pode ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo se houver prévia anuência dos líderes partidários e da mesa do Congresso Nacional.
- 68** Em regra, a emenda à Constituição é promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e submetida à sanção presidencial se tiver sido proposta pelo presidente da República.

Considere-se que o presidente da República tenha vetado integralmente um projeto de lei, que retornou ao Congresso Nacional, com as razões do veto. Nessa situação, é correto dizer que,

69 se o veto for mantido, o projeto de lei será arquivado, não havendo possibilidade de esse mesmo veto ser reanalisado por parte do Poder Legislativo.

70 se o veto for apreciado pelo Congresso Nacional no prazo de quinze dias a contar de seu recebimento, ele só poderá ser rejeitado pelo voto de dois terços dos deputados e senadores.

71 se o veto não for mantido, o projeto de lei será enviado, para promulgação, ao presidente da República, que, nesse caso, não poderá mais optar por sancioná-lo ou novamente vetá-lo.

Tendo em vista a classificação das constituições, julgue os itens subseqüentes.

72 Constituição em sentido material é a que trata de matéria tipicamente constitucional, compreendendo as normas que dizem respeito à estrutura mínima e essencial do Estado.

73 Constituição em sentido formal é a que trata de temas e matérias de índole constitucional, legitimando o poder transferido pela sociedade ao Estado.

A respeito dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

74 Ao disciplinar o direito de propriedade, a Constituição estabelece, como regra geral, que a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, se dará mediante prévia indenização em dinheiro.

75 O preso tem o direito de saber os motivos de sua prisão e a identificação das autoridades ou agentes que a estão efetuando, para que eventuais ilegalidades e abusos sejam apontados.

Considerando aspectos referentes à disciplina constitucional sobre os direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

76 Qualquer indivíduo que figure como objeto de procedimentos investigatórios policiais ou que ostente, em juízo penal, a condição jurídica de imputado, tem o direito de permanecer em silêncio, incluindo-se aí, por implicitude, a prerrogativa processual de o acusado negar, ainda que falsamente, perante a autoridade policial ou judiciária, a prática da infração penal.

77 O ordenamento constitucional brasileiro veda a cassação de direitos políticos, razão pela qual só admite a suspensão, mas não a perda, desses direitos.

78 A perda de nacionalidade ocorrerá, em qualquer circunstância, se o brasileiro vier a adquirir outra nacionalidade.

79 O direito ao contraditório e à ampla defesa é assegurado aos litigantes em processo judicial, mas não em processo administrativo, pois, no caso deste, o administrado sempre terá garantida a possibilidade de recorrer à instância judicial.

80 As normas que compõem o art. 5.º da Constituição Federal, por consagrarem direitos e deveres individuais e coletivos, não podem ser consideradas normas constitucionais apenas em sentido formal, mas sim normas que integram a denominada Constituição material.

Quanto ao processo penal, seus princípios e procedimentos, julgue os itens a seguir.

81 Considere que policiais em serviço de ronda noturna perceberam que, em determinada casa, um homem apunhalava uma mulher, a qual, por sua vez, gritava desesperadamente por socorro. Nessa situação, os policiais, mesmo que em horário noturno, poderão adentrar a residência sem o consentimento dos moradores e realizar a prisão do agressor.

82 Sendo o inquérito policial um procedimento realizado pela polícia judiciária cujo destinatário é o juiz, são aplicáveis em sua elaboração e tramitação todos os princípios processuais inerentes à instrução criminal, entre os quais o contraditório e a ampla defesa.

83 Para os efeitos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, são considerados crimes de menor potencial ofensivo o desacato, o furto simples e a ameaça, entre outros.

84 Considere a seguinte situação hipotética.
A autoridade policial de determinado município, por força de auto de prisão em flagrante, instaurou inquérito policial contra Joaquim, que foi indiciado pela prática de estelionato. Nessa situação, o prazo para a conclusão do inquérito policial, estando Joaquim preso, será de 10 dias, contados a partir do dia em que se executou a ordem.

85 A prisão preventiva e a prisão temporária, exemplos de prisão cautelar, antecipam o reconhecimento de culpa com a conseqüente privação da liberdade do indivíduo, pois o juízo que se faz, ao decretá-las, é de culpabilidade.

Acerca dos temas de direito penal, julgue os próximos itens.

- 86** O tráfico ilícito de entorpecentes e a tortura, considerados crimes hediondos, são insuscetíveis de fiança ou anistia.
- 87** A responsabilidade penal de um adolescente de 17 anos de idade que comete um crime grave deve ser aferida em exame psicológico e psicotécnico, pois, restando demonstrado em laudo pericial que este tinha plena capacidade de entendimento à época do delito, deverá responder criminalmente, ficando à mercê dos dispositivos do Código Penal brasileiro.
- 88** Considere a seguinte situação hipotética.
Lúcio, funcionário público, por indulgência, deixou de responsabilizar subordinado que cometera infração administrativa no exercício do cargo, não levando o fato ao conhecimento da autoridade competente.
Nessa situação, Lúcio praticou, em tese, o crime descrito como condescendência criminosa.
- 89** Considere que um boxeador profissional, durante uma luta normal, desenvolvida dentro dos limites das regras esportivas, cause ferimentos que resultem na morte do adversário. Nessa situação, o boxeador deverá responder por homicídio doloso, com atenuação de eventual pena, em face das circunstâncias do evento morte.
- 90** O roubo difere do furto pelo uso de grave ameaça (violência psíquica) ou violência, ou de qualquer outro meio que reduza a possibilidade de resistência da vítima.
- 91** O aborto, o homicídio e a violação de domicílio são considerados crimes contra a pessoa.
- 92** Considere a seguinte situação hipotética.
Antônia foi vítima de injúria praticada por Margarida no dia 10/10/2007, tendo, por intermédio de advogado, requerido a instauração do competente inquérito policial no dia 15/10/2007 e oferecido queixa-crime no dia 31/10/2007.
Nessa situação, agiu corretamente o advogado de Antônia, pois o crime de injúria é de ação privada, e só será admitida a queixa se oferecida no prazo de seis meses a contar do dia em que o ofendido veio a saber quem é o autor do delito.

No que tange à legislação especial, julgue os itens subsequentes.

- 93** Considere a seguinte situação hipotética.
No momento de seu interrogatório policial, João, acusado por tráfico de entorpecentes, foi submetido pelos policiais responsáveis pelo procedimento a choques elétricos e asfixia parcial, visando à obtenção de informações sobre o endereço utilizado pelo suposto traficante como depósito da droga. João, após as agressões, comunicou o fato à autoridade policial de plantão, a qual, apesar de não ter participado da prática delituosa, não adotou nenhuma providência no sentido de apurar a notícia de tortura.
Nessa situação, a autoridade policial responderá por sua omissão, conforme previsão expressa na Lei de Tortura.
- 94** São crimes hediondos relacionados na legislação específica: o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, o roubo simples, a extorsão mediante seqüestro, entre outros.
- 95** Considere que determinado crime foi praticado por um adolescente, em detrimento de bens e serviços da União. Nesse caso, tratando-se de menor de 18 anos de idade, inimputável, caberá conhecer do ato infracional o juiz da infância e da juventude, ou o juiz que exercer essa função, na esfera estadual.
- 96** Considere que uma autoridade policial, no decorrer das investigações de um crime de furto e sem o competente mandado judicial, ordenou aos seus agentes que arrombassem a porta de uma residência e vistoriassem o local, onde provavelmente estariam os objetos furtados. No interior da residência foi encontrada a maior parte dos bens subtraídos. Nessa situação, a autoridade policial e seus agentes agiram dentro da legalidade, pois a conduta policial oportunizou a recuperação dos objetos.
- 97** Considere que o autor de inúmeros furtos de pequeno valor, no decorrer da atividade criminosa, passou a converter o produto da venda dos objetos subtraídos em aplicações financeiras de origem lícita, de modo a ocultar a origem de seu patrimônio. Nessa situação, a conduta descrita caracteriza o crime de lavagem de dinheiro com enquadramento penal constante na lei pertinente.

No que concerne à parte geral do Código Penal, aos princípios processuais penais e à efetiva aplicação da legislação especial, julgue os itens a seguir.

98 Considere que um promotor de justiça tenha recebido, por escrito, informações referentes a um fato delituoso e sua autoria, de modo a subsidiar a ação penal com os elementos necessários ao oferecimento da denúncia. Nessa situação, deverá o promotor de justiça enviar as peças à autoridade policial competente para a instauração do inquérito policial.

99 O enunciado segundo o qual “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” traz insculpidos os princípios da reserva legal ou legalidade e da anterioridade.

100 Considere a seguinte situação hipotética.

Célio, penalmente imputável, praticou um crime para o qual a lei comina pena de detenção de 6 meses a 2 anos e multa e, após a sentença penal condenatória recorrível, nova lei foi editada, impondo para a mesma conduta a pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

Nessa situação, a nova legislação não poderá ser aplicada em decorrência do princípio da irretroatividade da lei mais severa.

101 A ação penal pública pode ser incondicionada ou condicionada, sendo certo que, no caso dos crimes de lesões corporais dolosas de natureza leve e de lesões corporais culposas, a ação é pública condicionada à representação.

102 Considere a seguinte situação hipotética.

Maria, maior de 18 anos de idade, praticou um crime, e, no decorrer da ação penal, foi demonstrado, por meio do competente laudo, que esta, ao tempo do crime, era inimputável em decorrência de doença mental.

Nessa hipótese, Maria será absolvida tendo como fundamento a inexistência de ilicitude da conduta, embora presente a culpabilidade.

103 As normas penais puramente processuais terão aplicação no mesmo dia em que entrarem em vigor, entretanto os atos processuais realizados na vigência da lei anterior terão de ser revalidados e adaptados ao novo procedimento.

104 Prevê a Constituição Federal o princípio de que ninguém será considerado culpado senão após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. No processo penal, a aplicação desse princípio é absoluta, pois busca-se a verdade real.

105 A garantia constitucional do contraditório, que assegura a ampla defesa do acusado, não se aplica ao inquérito policial, que não é, em sentido estrito, instrução criminal, mas colheita de elementos que possibilitem a instauração do processo.

106 Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos, após a prática de atos eficientes para causar intenso sofrimento físico e mental em José, visando à obtenção de informações sigilosas, matou-o para que sua conduta não fosse descoberta.

Nesse caso, Carlos responderá pelo crime de tortura simples em concurso material, com o delito de homicídio.

107 A prática de um crime definido como abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal, aplicadas, cumulativamente, pelo juiz que presidiu o processo de natureza criminal.

108 Considere que um policial civil tenha em sua casa uma arma de fogo de uso permitido sem registro do órgão competente, a qual foi encontrada, por acaso, pela autoridade policial hierarquicamente superior ao servidor, no interior de um guarda-roupa, em condições de ser disparada. Nessa situação, a autoridade policial deverá apreender o armamento e responsabilizar o policial pela posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

109 Os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional são punidos com penas de reclusão ou reclusão e multa, e todas as infrações descritas na legislação específica são inafiançáveis e imprescritíveis.

110 A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada independentemente da identificação civil, não constituindo constrangimento ilegal a coleta de impressões digitais e a fotografia do acusado.

Acerca de temas referentes ao direito penal, ao processo penal e à legislação especial, julgue os itens a seguir.

- 111** A distinção entre o furto mediante fraude e o estelionato está no fato de que, no primeiro, o agente emprega a fraude para poder subtrair o bem sem o consentimento do ofendido, ao passo que, no estelionato, há emprego de meio fraudulento para iludir a vítima a entregar voluntariamente o bem.
- 112** A legislação processual penal distingue três espécies de prisão em flagrante delito: flagrante próprio ou real, flagrante impróprio ou quase flagrante e flagrante presumido ou ficto.
- 113** Se, durante a tramitação de um inquérito policial, o escrivão do feito omitir a nomeação de curador para indiciado menor de 21 anos de idade e os autos forem concluídos e encaminhados ao Poder Judiciário sem que a falha seja percebida, o vício de forma detectado no inquérito policial invalidará a ação penal, em face do prejuízo em relação à defesa.
- 114** Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito policial diante da manifestação de vontade do ofendido ou de quem legalmente o represente.
- 115** A emoção e a paixão não têm poderes para excluir da responsabilidade do autor da infração penal; portanto, não excluem a imputabilidade penal.
- 116** O tráfico ilícito de entorpecentes e a tortura, considerados crimes hediondos, são insuscetíveis de fiança ou anistia.

117 São elementos do fato típico: conduta, resultado, relação de causalidade, tipicidade e culpabilidade.

118 Para os efeitos de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até 13 anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre 13 e 18 anos de idade.

119 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinada pessoa foi intensamente torturada, em razão de sua opção homossexual, por um grupo que se dizia contrário a tal comportamento. Em razão das agressões e dos maus-tratos sofridos, a vítima experimentou graves lesões corporais que a incapacitaram, por mais de 30 dias, para as ocupações habituais.

Nessa situação hipotética, os responsáveis pelas agressões responderão, em tese, pelo crime de tortura discriminatória.

120 Suponha que um policial civil, após o recebimento da arma de fogo cedida pelo órgão de segurança pública, tenha modificado as características do armamento de modo a torná-lo equivalente a uma arma de fogo de maior calibre, de uso proibido. Nessa situação, é correto afirmar que esse policial civil poderá ser responsabilizado criminalmente por sua conduta.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos